

Análise da produção científica brasileira sobre Organização de Gestão de Destinos (1997-2018)

Analysis of brazilian scientific production on Destination Management Organization (1997-2018)

Análisis de la producción científica brasileña sobre Organización de Gestión de Destinos (1997-2018)

Nathália Körössy¹
Letícia Cavalcanti Calábria²
Itamar Dias e Cordeiro³

Este artigo foi recebido em 27 de junho de 2019 e aprovado em 09 de abril de 2020

Resumo: Refletir sobre o conhecimento científico produzido e que se vem produzindo sobre um determinado tema é fundamental em qualquer área do conhecimento, haja vista que, nos estudos sobre turismo, as pesquisas sobre a produção do conhecimento, a propósito de Organizações de Gestão de Destinos (OGD), são inexistentes. Este trabalho se propôs a realizar uma análise bibliométrica sobre a produção científica brasileira a respeito destas entidades. Foram analisadas as publicações entre 1997 e 2018. Encontrou-se que, de forma geral, a produção brasileira sobre OGDs é insuficiente, temporalmente inconstante, concentradas em revistas com Qualis Capes B1, que não têm o termo "OGD" entre suas palavras-chave e; majoritariamente baseadas em estudos de caso. Além disso, tendo como base a análise da bibliografia citada por esses artigos, verificou-se que não é possível identificar uma obra capaz de ser considerada como um marco de referência na temática da gestão de destinos. Por fim, foi constatado que os artigos chegam a algumas conclusões em comum, quais sejam: a importância dos *stakeholders* na gestão pública do turismo, a situação atual da gestão dos destinos e a relevância do planejamento estratégico para o desenvolvimento turístico do destino.

Palavras-chave: Análise bibliométrica. Gestão de destinos. Gestão pública do turismo. Organização de gestão de destinos. Turismo.

Abstract: To reflect on the scientific knowledge produced, and in progress, on a given topic is fundamental in any area of knowledge. It should be noted that, in tourism studies, researches on the production of knowledge about Destination Management Organizations (DMO) are non-existent, the present work has proposed to carry out a bibliometric analysis on the Brazilian scientific production regarding these entities. The publications were analyzed between 1997 and 2018. It was found that, in general, the Brazilian production of DMO's is insufficient, temporally inconstant, concentrated in Qualis Capes B1 journals, that does not have the term "DMO" among their keywords and; mostly based on case studies. In addition, from the analysis of the bibliography cited by these articles, it was observed that it is not possible to identify a paper or a book capable of being considered as a benchmark in the topic of destination management. Finally, it was verified that the articles reach certain conclusions in common, namely: the importance of the stakeholders, the situation of the management of the destinations and the relevance of the strategic planning for the tourist development of the destination.

Key words: Bibliometric analysis. Destination management. Destination management organization. Public tourism management. Tourism.

Resumen: Reflexionar sobre el conocimiento científico producido, y que se viene produciendo, sobre un determinado tema es fundamental en cualquier área del conocimiento. Una vez que en los estudios sobre turismo, las investigaciones sobre la producción del conocimiento a propósito de Organizaciones de Gestión de Destinos

¹ **Formação/Curso:** Doutora em Desenvolvimento Urbano; Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente; Bacharel em Turismo. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Turísticos (LETS/UFPE). **Instituição:** Docente do Departamento de Hotelaria e Turismo (DHT) e do Programa de Pós-graduação em Hotelaria e Turismo (PPHTUR) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Recife, Brasil). **E-mail:** nathaliakorossy@gmail.com.

² **Formação/Curso:** Graduanda em Turismo. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) - BIC-0344-6.13/18. **Instituição:** Universidade Federal de Pernambuco. **E-mail:** leticiacalabria1@hotmail.com.

³ **Formação/Curso:** Doutor em Geografia; Mestre em Geografia; Bacharel em Turismo. **Instituição:** Docente do Departamento de Hotelaria e Turismo (DHT) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (Recife, Brasil); Pesquisador do Laboratório de Estudos Turísticos (LETS/UFPE) e do Grupo de Pesquisa em e-Tourism, Consumo e Sociedade (eCos/UFPE). **E-mail:** itamar_cordeiro@yahoo.com.br

(OGD) son inexistentes, el presente trabajo se propuso realizar un análisis bibliométrico sobre la producción científica brasileña respecto a estas entidades. Se analizaron las publicaciones entre 1997 y 2018. Se encontró que, de forma general, la producción brasileña sobre OGD's es insuficiente, temporalmente inconstante, concentrada en revistas con Qualis Capes B1, que no tiene el término "OGD" entre sus palabras clave y; mayoritariamente basados en estudios de caso. Además, a partir del análisis de la bibliografía citada por estos artículos, se verificó que no es posible identificar una obra capaz de ser considerada como un marco de referencia en la temática de la gestión de destinos. Por último, se verificó que los artículos llegan a ciertas conclusiones en común, cuáles son: la importancia de los stakeholders, la situación de la gestión de los destinos y la relevancia de la planificación estratégica para el desarrollo turístico del destino.

Palabras clave: Análisis bibliométrico. Gestión de destinos. Gestión pública del turismo. Organización de gestión de destinos. Turismo.

1 Introdução

Em qualquer área do conhecimento científico, a compreensão sobre seu processo de produção é fundamental para refletir criticamente sobre seu campo de atuação, difundir e repensar procedimentos metodológicos, introduzir outros procedimentos metodológicos, consolidar as teorias de base, identificar tendências das publicações na área, entre outros vários aspectos que contribuem para a atualização, consolidação e o conseqüente avanço da área do conhecimento em questão (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003). Para Karlsson (2008 apud LACERDA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012), esse processo reflexivo é importante porque possibilita ao pesquisador: obter o respaldo científico sobre seu trabalho; justificar a escolha do tema, a contribuição da sua proposta de pesquisa, bem como a postura metodológica adotada; restringir o escopo da pesquisa (tornando-a assim um projeto factível); além de desenvolver no pesquisador habilidades em análise crítica da literatura e no tratamento de informações abrangentes e dispersas. Ou seja, refletir sobre o conhecimento científico produzido, e que se vem produzindo, é, pois, não só importante, como fundamental. É neste sentido que convém mencionar a bibliometria.

A bibliometria consiste em um conjunto de métodos de análise quantitativa desenvolvidos no âmbito da Ciência da Informação que permitem mapear a estrutura do conhecimento científico de uma determinada área (VANTI, 2002). Segundo Guedes e Borschiver (2005, p. 2), trata-se de uma ferramenta estatística capaz de:

[...] gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de informação e de comunicação científicos e tecnológicos, e de produtividade, necessários ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia, de uma determinada comunidade científica ou país.

De acordo com Raising (1962), a pesquisa bibliométrica tem como intuito a investigação de uma determinada área da ciência a partir da evolução histórica de sua produção, seja doméstica e/ou internacional, seja de livros e/ou artigos, bem como o grau de sua utilização. Por meio de um exercício

de análise bibliométrica é possível, por exemplo, identificar as relações e as tendências de uma comunidade científica sobre uma determinada temática (SPINAK, 1996; 1998; KOSEOGLU et al., 2016). Por conseguinte, pode-se avaliar a produtividade, qualidade, quantidade e a visibilidade das publicações dos pesquisadores, coautorias, instituições, países, áreas e documentos em revistas especializadas, entre vários outros indicadores. A bibliometria tem pois potencial para gerar informações capazes de apoiar a tomada de decisões (MACIAS-CHAPULA, 1998). No campo dos estudos sobre turismo não é diferente.

Cruz (1999; 2000; 2005), Coriolano (2006), Fonseca (2005), Gonçalves (2002), Queiroz (2005), Rodrigues (1999), Becker (1999), Beni (2006), Hall (2001), Pavan, Biz e Thomaz (2015), Petrocchi (2009), Presenza, Sheehan e Ritchie (2005) são unânimes quanto ao fato de que, no setor turismo, não pode haver desenvolvimento turístico sem que haja uma autoridade que planeje, coordene e administre a atividade. Conhecidas como Organizações de Gestão de Destinos – OGDs (*Destination Management Organizations* – DMOs), essas entidades têm como uma de suas principais finalidades a promoção de uma coalizção entre as várias entidades e os diversos interesses que atuam em um destino (UNWTO, 2007). Dessa forma, a OGD é fundamental para um destino porque favorece a ocorrência de uma gestão equilibrada e sustentável (UNWTO, 2007; PAVAN; BIZ; THOMAZ, 2015). Não obstante sua importância, o que se constata é que, no Brasil, o conhecimento sobre a dinâmica de trabalho e estruturas organizacionais desses órgãos ainda é bastante escasso na literatura científica, apresentando-se de forma dispersa e fragmentada (SANTANA; KÖRÖSSY; HOLANDA, 2016). Tendo em conta, pois, a lacuna relativa à temática da gestão de destino, esta pesquisa se propôs a realizar uma análise bibliométrica sobre a produção científica brasileira a respeito das organizações de gestão de destinos.

2 Marco teórico

De acordo com a UNWTO (2007), um destino turístico pode ser caracterizado como uma unidade geográfica que tende a atrair a atenção de visitantes, podendo ser geograficamente caracterizada como uma vila, cidade, região, ilha ou país. Os turistas passam o tempo quando estão fora dos limites da sua residência (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008). Nos destinos, encontram-se um conjunto de bens, serviços e experiências, ofertado por organizações públicas e/ou privadas com o intuito de promover uma experiência integrada (VALLS, 2006; BUHALIS, 2000). É onde se situam atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertados, de forma organizada, por um determinado preço (MTUR, 2007).

A oferta organizada, por sua vez, pressupõe a existência de uma entidade responsável por conduzir e organizar o destino. É por esta razão que Petrocchi (2009) afirma que os destinos necessitam

de uma gestão, enfatizando que, em função da abrangência da atividade, o exercício desta gestão precisa assumir um caráter integralizador.

A gestão de um destino turístico é o conjunto de esforços voltados para a administração dos elementos que o compõem, de modo a viabilizar o desenvolvimento da localidade (GONZÁLEZ, 2008). Tal gestão deve ocorrer no intuito de fomentar a vantagem competitiva do destino, administrar o fluxo de turistas e garantir a sustentabilidade (PRESENZA; SHEEHAN; RITCHIE, 2005). Além das funções administrativas, a gestão de destinos implica também na definição de estratégias de marketing voltadas para o desenvolvimento competitivo da localidade (UNWTO, 2007). Fuchs e Weiermair (2004), por exemplo, observam que o objetivo fundamental da gestão de destinos é avaliar a adequação e eficácia do produto, instalações, serviços e programas que, ao todo, proporcionam experiências de turismo memoráveis para os visitantes. Para Roque e Raposo (2015), a gestão de destinos deve focar no desenvolvimento da região em que estão inseridas, coordenar os interesses existentes entre os *stakeholders* por meio de uma política de cooperação, definir procedimentos eficientes e implementá-los junto às estratégias de marketing e divulgação do destino que envolvam as tendências tecnológicas contemporâneas, mantendo assim sua competitividade no mercado.

De acordo com Mira et al. (2017), a gestão do destino compreende algumas tarefas, tais como gerir os recursos tanto financeiros como físicos, humanos e tecnológicos, além de administrar a divulgação do destino por meio de técnicas de marketing, planejar e desenvolver produtos a serem implementados e, por fim, avaliar e monitorar o desempenho dos projetos estabelecidos e seu funcionamento. As autoras trazem também a necessidade de compreender que a comunidade residente, a satisfação dos turistas, a rentabilidade econômica e a capacidade competitiva do destino são também igualmente importantes para uma boa gestão e desenvolvimento do destino turístico.

Ritchie e Crouch (2003) elencam que, entre as funções fundamentais na gestão de destino, estão: o investimento e financiamento de melhorias do turismo local, a gestão dos recursos e serviços, a busca pela qualidade da experiência dos visitantes, o combate à sazonalidade, a produção de informação, comunicação, o estabelecimento de parcerias entre o setor público e privado, o marketing e promoção, bem como o monitoramento do destino. No contexto atual de uma economia globalizada, Bornhorst, Ritchie e Sheehan (2010) acrescentam que, além da atuação no sentido de formar uma visão coletiva do destino, cabe à gestão do destino a atribuição de tornar e manter o destino competitivo. O fato de que isso não pode ser alcançado sem que haja uma coordenação dos diferentes atores sociais interfere no setor turístico (RITCHIE; CROUCH, 2003).

Com base nessa literatura, pode-se verificar que são várias, distintas e complexas as atividades a serem desempenhadas na gestão de um destino. Não é, pois, sem razão que a UNWTO (2007) entende a gestão de destinos como a administração coordenada de todos os elementos que formam uma

destinação. O que é fundamental reter dessa breve revisão sobre o escopo das atribuições que estão envolvidas na gestão de destinos, é o fato de que todas elas não podem ser realizadas de maneira minimamente razoável, sem que haja uma entidade precipuamente constituída para esse fim. É nesse sentido que se pode falar em Organizações de Gestão de Destinos (OGDs).

Segundo Pavan, Biz e Thomaz (2015), as OGDs são responsáveis por promover a colaboração entre as várias partes e atores locais envolvidos no planejamento, na gestão, promoção do destino turístico e pelas atividades de integração, cooperação e coordenação em um nível público-privado. São elas as responsáveis pela criação e execução de políticas, planos, programas e projetos de interesse turístico em suas localidades (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002; VOLGGER; PECHLANER, 2014).

OGDs podem assumir diferentes modelos de gestão. Conforme Santana, Körössy e Holanda (2016), em alguns países a gestão é pública, em outros, realizada pelo setor privado, enquanto há casos em que a gestão é mista. O modelo de gestão vai depender de cada localidade, de suas especificidades e do grau de cooperação entre os agentes públicos e privados. No contexto brasileiro, as OGDs de nível municipal são, majoritariamente, de responsabilidade pública, normalmente Secretarias de Turismo vinculadas diretamente ao quadro do Poder Executivo Municipal (SANTANA; KÖRÖSSY; HOLANDA, 2016).

Públicas, privadas ou público-privadas, o fato é que as OGDs são essenciais no processo de planejamento e coordenação do desenvolvimento turístico dos destinos (UNWTO, 2007). Por esta razão, analisar o que se anda produzindo sobre o tema é imperativo para se refletir o quão aprofundado está o debate sobre a gestão de destinos no cenário brasileiro. Assim, mais que a apresentação de meros dados, uma pesquisa desta natureza é importante porque permite evidenciar o nível de maturidade teórica sobre o assunto.

3 Metodologia

Segundo Wang et al. (2014), a realização de uma análise, por meio de técnicas bibliométricas, se dá em quatro fases, quais sejam: i) Definição dos termos ou palavras de busca; ii) Consulta à base de dados; iii) Refinamento da pesquisa; e iv) Análise dos indicadores.

O processo de pesquisa científica se inicia com um problema, pergunta ou dúvida, que motiva os pesquisadores a procurarem informações sobre um dado tema em bibliotecas e bases bibliográficas digitais (TASCA et al., 2010). No caso dessa pesquisa, a pergunta que norteou a busca por informações foi: “*Como os periódicos nacionais estão tratando a temática das organizações de gestão de destinos em nível municipal?*”. Diante disso, definiram-se os seguintes termos de busca: “organização de gestão

de destinos”, “organizações de gestão de destinos”, “OGD”, “gestão de destino”, “gestão dos destinos”, “turismo e gestão”, “órgão de turismo”, “órgão municipal de turismo”, “OGD municipal”, “secretaria de turismo”, “secretaria de turismo municipal”.

A segunda etapa, segundo Wang et al. (2014), refere-se à consulta à base de dados, isto é, sistemas de indexação de periódicos, livros, teses, relatórios, anais de eventos, dentre outros, que facilitam as buscas de referências bibliográficas e, por isso mesmo, servem de plataforma teórica para pesquisas (LACERDA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012). Além de ser um instrumento que facilita a recuperação e utilização do conhecimento científico em pesquisas, as bases de dados também contribuem com o estabelecimento de indicadores para visualizar potencial de impacto de um determinado periódico em uma área de conhecimento (PODSAKOFF et al., 2005). Nesse estudo, a base de dados utilizada foi o Portal de Periódicos da Capes. As pesquisas foram realizadas durante o mês de agosto de 2018 e não foi definido, *a priori*, um recorte temporal para o tema pesquisado. A busca retornou 11 artigos, sendo o mais antigo datado de 1997 e o mais recente de 2018.

A terceira etapa consiste no refinamento da pesquisa (WANG et al., 2014), ou seja, a eliminação daqueles artigos que, embora tenham sido apresentados pela base de dados, não dizem respeito ao escopo da pesquisa. Esse refinamento pode ser feito, por exemplo, por meio da leitura dos títulos e resumos do material coletado (LACERDA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012). Após essa primeira leitura dos resumos, todos os 11 artigos retornados pelo Portal de Periódicos da Capes foram considerados pertinentes.

Por fim, a última etapa consiste na análise de indicadores (WANG et al., 2014). O termo indicador, do latim *indicare*, significa apontar, anunciar, tornar de conhecimento público, algo a salientar ou a revelar (HAMMOND et al., 1995). Esses indicadores são definidos conforme as necessidades do pesquisador para apontar elementos que deseja ressaltar em suas pesquisas. Com base em revisão de literatura e nas especificidades da temática em tela, foram definidos os seguintes indicadores para serem observados nos artigos analisados: “periódico de publicação do artigo”; “número de artigos sobre o tema, por periódico”; “distribuição dos artigos por ano de publicação”; “relevância da publicação (segundo a Plataforma Sucupira)”; “Palavras-chave”; “abordagem metodológica empregada”; “número de citações do artigo (segundo o Google Scholar)”; “quantidade de autores por artigo e quantidade de artigos por autor”; “citações nas referências por autor” e “foco do artigo”:

1. **Periódico de publicação do artigo:** Identifica quais os periódicos que vêm publicando mais (e menos) sobre a temática em tela;
2. **Número de artigos sobre o tema, por periódico:** Identifica como anda a produção científica nacional sobre o assunto de gestão de destinos; verificando, inclusive, se há revistas que sejam mais propensas a publicar sobre a temática de gestão de destinos;

3. **Distribuição dos artigos por ano de publicação:** Avalia a distribuição temporal dos artigos; se estão concentrados em determinado período, ou se há uma distribuição razoavelmente equânime ao longo do tempo;
4. **Relevância da publicação (segundo a Plataforma Sucupira):** Identifica se as pesquisas sobre gestão de destinos estão sendo publicadas em revistas de alto impacto;
5. **Palavras-chave:** Identifica quais as principais palavras-chave associadas à temática em tela;
6. **Abordagem metodológica empregada:** Mede os métodos e as técnicas empregadas nas pesquisas sobre o tema;
7. **Número de citações do artigo (segundo o Google Scholar):** Infere sobre a relevância das pesquisas feitas, assumindo que a pertinência das mesmas é proporcional à quantidade de vezes que o artigo é citado por outras pesquisas;
8. **Quantidade de autores por artigo e quantidade de artigos por autor:** Com o propósito de ter uma noção se a produção sobre o tema tem se dado de forma individual ou coletiva, bem como identificar se um mesmo autor aparece em mais de um artigo, como forma de inferir se algum deles possui destacada produção na área. A intenção é a de identificar possíveis autores que sejam referência na temática estudada;
9. **Citações nas referências por autor:** Verifica quais as referências que os autores dos artigos estudados utilizaram. O propósito é o de identificar possíveis artigos seminais na área;
10. **Foco:** Observa o propósito que levou à realização do estudo analisado.

4 Resultados

4.1 Periódico de publicação do artigo

Pelas análises realizadas, é possível afirmar que entre 1997 e 2018 foram publicados 11 artigos sobre o tema específico das organizações de gestão de destinos nos periódicos nacionais que tratam do turismo. As revistas que publicaram trabalhos sobre organizações de gestão de destinos corresponderam a 9, quais sejam: Caderno Virtual de Turismo; Revista de Cultura e Turismo; Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo; Revista Brasileira de Ecoturismo; Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo; Revista de Ciências da Administração; Revista Hospitalidade; Revista Turismo em Análise; Turismo: Visão e Ação (quadro 1).

Quadro 1. Nome do Periódico e ISSN

NOME DO PERIÓDICO	ISSN
Caderno Virtual de Turismo	1677-6976

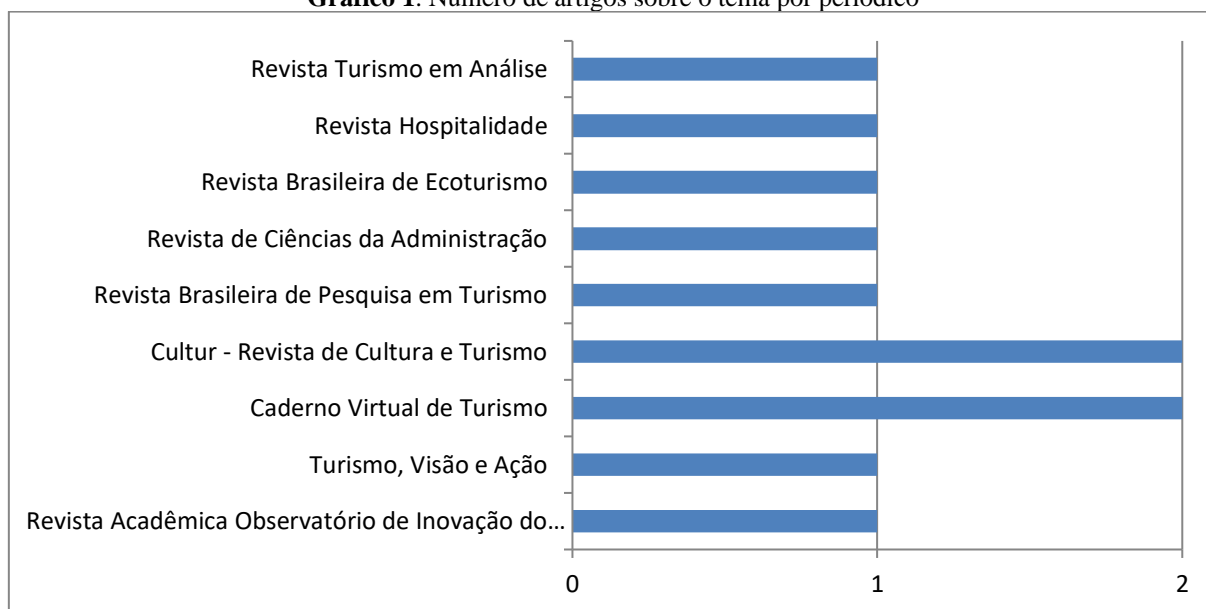
Cultur - Revista de Cultura e Turismo	1982-5838
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	1980-6965
Revista Brasileira de Ecoturismo	1983-9391
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	1982-6125
Revista de Ciências da Administração	2175-8077
Revista Hospitalidade	2179-9164
Revista Turismo em Análise	1984-4867
Turismo: Visão e Ação	1983-7151

Fonte: Os autores (2019).

4.2 Número de artigos sobre o tema por periódico

Sobre a quantidade de artigos que cada um desses periódicos publicou sobre o assunto, constatou-se que apenas a Revista de Cultura e Turismo e o Caderno Virtual de Turismo publicaram, cada uma, duas vezes artigos sobre a temática. No caso da Revista de Cultura e Turismo, os artigos foram publicados em 2014 e 2018, ao passo que no Caderno Virtual de Turismo, nos anos de 2013 e 2016. As demais revistas, publicaram apenas uma vez cada (gráfico 1).

Gráfico 1. Número de artigos sobre o tema por periódico



Fonte: Os autores (2019).

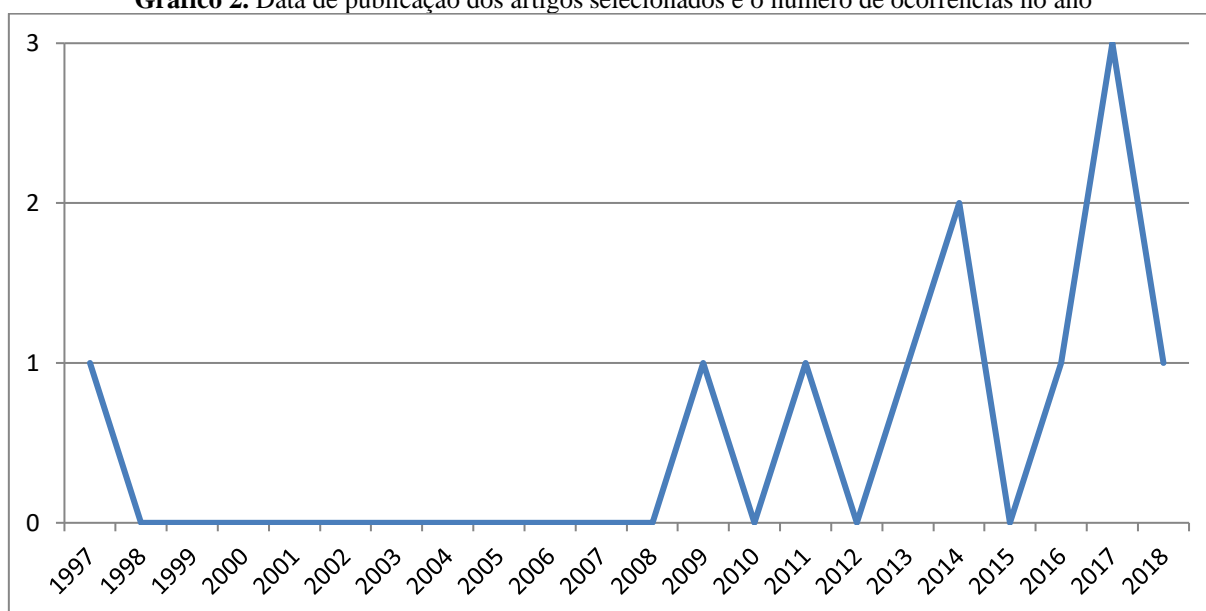
4.3 Distribuição por ano de publicação

Sobre a distribuição temporal dessas pesquisas, tem-se que entre 1998 e 2008 não foi publicado nenhum trabalho sobre a temática de OGD. No período entre 2009 e 2013 alternaram-se anos com e sem publicação. Em 2014, foram publicados 2 trabalhos e em 2017, 3 trabalhos, representando o máximo de

25

trabalhos publicados em um mesmo ano sobre o assunto. Ou seja, as nove revistas publicaram, no curso de 21 anos, apenas 11 artigos, o que dá uma média de 0,5 artigo por ano; e de 1,2 artigo por revista. A “média”, a propósito, talvez não seja um bom indicador a ser mencionado, haja vista que a amostra é pequena. Além disso, a média transmite a falsa sensação de que, ainda que inexpressiva, houve uma assiduidade na produção, quando na verdade é o contrário. Quando se observa o gráfico 02, fica evidente que se passaram 12 anos (1997-2009) sem que houvesse publicações sobre o assunto. Ademais, mesmo a partir daí, não é possível observar uma sistematicidade de publicações sobre o assunto: entre 2009 e 2018 há lacunas nos anos de 2010, 2012, 2015. Uma regularidade (se é que se pode chamar dessa forma), só será notada a partir de 2016.

Gráfico 2. Data de publicação dos artigos selecionados e o número de ocorrências no ano



Fonte: Os autores (2019)

4.4 Relevância da publicação (segundo Plataforma Sucupira)

Sobre a reputação destas publicações, tomando-se como referência o Qualis da Capes (quadriênio 2013-2016, na área de “Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo”), constata-se que apenas uma possui Qualis A (Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo), enquanto a maioria das publicações se enquadra no estrato B; sendo quatro no estrato B1 (*Revista Turismo em Análise; Revista de Ciências da Administração; Turismo, Visão e Ação e; Caderno Virtual de Turismo*); uma no B2 (*Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*); duas no B3 (*Revista Brasileira de Ecoturismo; Revista Hospitalidade*); e uma no estrato B5 (*CULTUR: Revista de*

Cultura e Turismo). Ou seja, a maior parte das publicações sobre organizações de gestão de destinos está concentrada no estrato B1 (quadro 2).

Quadro 2. Classificação Qualis dos periódicos na área

NOME DO PERIÓDICO	QUALIS
Caderno Virtual de Turismo	B1
Cultur - Revista de Cultura e Turismo	B5
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	B2
Revista Brasileira de Ecoturismo	B3
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	A2
Revista de Ciências da Administração	B1
Revista Hospitalidade	B3
Revista Turismo em Análise	B1
Turismo: Visão e Ação	B1

Fonte: Os autores (2019)

4.5 Palavras-chave

Sobre as palavras-chave dos artigos analisados, o termo mais citado foi “Turismo”. Verificou-se que o termo “OGD” só foi utilizado em um único caso. Mais frequentes foram a utilização dos termos “gestão de destinos” e “gestão pública”, ambas utilizadas como palavras-chave em 3 artigos. Dois dos artigos analisados não apresentaram entre suas palavras-chave, alguns termos, tais como gestão pública (do turismo), gestão de destinos ou OGD.

Figura 1. Nuvem de palavras com os termos mais citados



Fonte: Os autores (2019)

4.6 Abordagem metodológica empregada

A respeito da orientação do artigo quanto à sua **natureza** (eminentemente teórico ou teórico-empírico), **abordagem** (quantitativo, qualitativo ou quali-quantitativo) e **técnicas de obtenção/análise de dados** empregadas, verificou-se que apenas dois deles eram eminentemente teóricos, ou seja, não apresentavam um estudo de caso. Dos 9 artigos que realizaram estudos de caso, a grande maioria se ateve ao Brasil: Belém (1), Paraná (2), Pernambuco (1), Rio Grande do Sul (1), Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Norte (1) e Santa Catarina (1). Desta forma, apenas a região Centro-Oeste não ofereceu estudos sobre a temática analisada. Apenas um trabalho não tratou de uma realidade brasileira, tendo se dedicado a analisar o caso de Barcelona.

Quanto à abordagem, verificou-se que estudos com abordagem qualitativa foram mais recorrentes. Já no que diz respeito às técnicas de obtenção/análise de dados, percebeu-se a recorrência da pesquisa bibliográfica e documental e das entrevistas (quadro 3).

Quadro 3. Natureza, abordagem e técnicas utilizadas

Artigo	Autores	Natureza do artigo	Abordagem do artigo	Técnicas de obtenção e análise de dados
1	Paula; Rezende; Alvares (2018)	Teórico	---	Bola de neve; Pesquisa documental; Amostra documental;
2	Mira et al. (2017)			
3	Sagi (2009)			
4	Brito; Sá (2014)	Empírico	Qualitativo	Pesquisa documental; Pesquisa de campo;
5	Dotto et al. (2017)			Entrevistas; Análise descritiva; Análise do discurso;
6	Sallovicz (1997)			Pesquisa documental;
7	Virginio; Ferreira (2013)			Pesquisa documental, Entrevistas; Observação participante;
8	Santana; Körössy; Holanda (2016);			Pesquisa documental; Pesquisa de campo;
9	Vieira; Costa; Boaventura (2011);			Entrevistas; Análise documental;
10	Fratucci; Schwantes; Maia (2014)			Empírico
11	Gomes; Gandara; Ivars-Baidal (2017)	Questionários;		

Fonte: Os autores (2019)

4.7 Número de citações do artigo (segundo o Google Scholar)

No que diz respeito à quantidade de citações, o artigo mais citado, segundo *Google Scholar*, foi o de Vieira, Costa e Boaventura (2011), publicado na Revista de Ciências da Administração, com 11 citações. Em seguida, vem o artigo de Virginio e Ferreira (2013), publicado no Caderno Virtual de

Turismo, com 7 citações. O artigo publicado na revista com maior Qualis (Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - A2) foi citado duas vezes, enquanto os artigos de Dotto et al. (2017), Santana, Körössy e Holanda (2016) e Brito e Sá (2014) não tiveram, segundo o Google Scholar, citações.

4.8 Quantidade de autores por artigo e quantidade de artigos por autor

Sobre a autoria dos artigos, observou-se que, dos 11 trabalhos analisados, 2 foram escritos por 4 autores; enquanto 5 trabalhos foram redigidos por 3 autores; 2 trabalhos feitos por 2 autores e outros 2 trabalhos, elaborados de forma individual. Com relação à quantidade de trabalhos escritos por autores, verificou-se que cada autor só aparece em um único trabalho, dito de outra forma: considerando como indicador a quantidade artigos publicados, não é possível identificar, no período de 1997 a 2018, um autor que possa ser considerado como uma referência sobre gestão de destinos, uma vez que não possui produção expressiva sobre a temática.

4.9 Citações nas referências por autor

Quando se observa a bibliografia empregada na confecção dos artigos, verifica-se que, entre os livros, há a menção à obra de Beni (2006), nos trabalhos de Dotto et al. (2017) e Santana, Körössy e Holanda (2016); Freeman (1984), nos trabalhos de Vieira; Costa; Boaventura (2011) e de Paula, Rezende e Alvares (2018); Hall (2001), nos artigos de Sagi (2009) e Fratucci, Schwantes e Maia (2014); Petrocchi (2009), nos artigos de Brito e Sá (2014) e Santana, Körössy e Holanda (2016) e Valls (2006), nos trabalhos de Gomes, Gândara e Ivars-Baidal (2017) e Santana, Körössy e Holanda (2016). Entre os artigos citados pelos trabalhos analisados, encontra-se o de Mitchell, Agle e Wood (1997), referenciado tanto por Paula, Rezende e Alvares (2018) quanto por Vieira, Costa e Boaventura (2011). Por fim, há a citação da tese de doutorado de Solha (2004), nos trabalhos de Santana, Körössy e Holanda (2016) e Sagi (2009).

Em suma, da bibliografia (seja ela livro, artigo ou tese) que consta nas referências bibliográficas dos 11 artigos analisados, observa-se uma repetição em, no máximo, 2 artigos. Esta constatação permite inferir que não há uma obra capaz de ser considerada como um marco de referência na temática da gestão de destinos, pois, se assim o fosse, seria de se esperar sua citação em mais artigos.

4.10 Foco dos artigos

Os artigos analisados também foram analisados quanto ao seu foco principal e as principais conclusões apontadas pelos autores (quadro 4). Do exposto, percebe-se que a maioria dos artigos chega a certas conclusões em comum, quais sejam: a importância dos *stakeholders*, a situação da gestão dos destinos e a relevância do planejamento estratégico para o desenvolvimento turístico do destino.

Quadro 4. Foco e principais conclusões dos artigos estudados

FOCO DO ARTIGO	AUTORES	PRINCIPAIS CONCLUSÕES
Importância do conceito de destinos turísticos inteligentes (DTI) para a gestão	Gomes; Gândara; Ivars-Baidal (2017)	- A operacionalização e o entendimento do conceito de destinos turísticos inteligentes é ainda uma realidade distante. - Tornar-se um DTI deve ser um processo de longo prazo, visto a necessidade de domínio tecnológico ou de um Big Data que reúna informações essenciais. - Os municípios paranaenses, de modo geral, consideram a importância de se tornar um DTI, mas ainda não é uma verdade praticável.
Efetividade das relações entre os <i>stakeholders</i> na gestão de um destino	Paula; Rezende; Alvares (2018)	- O engajamento e o fortalecimento das partes interessadas são essenciais para uma boa gestão compartilhada e desenvolvimento do turismo em territórios regionais. - Considerar a governança é um elemento indispensável para o êxito dos projetos e o desenvolvimento turístico do destino. - Elaboração de um guia com o intuito de orientar destinos a desenvolverem uma governança forte e consolidada.
Criação de um consórcio para gerir a cidade de Barcelona e seus principais desafios	Sallovicz (1997)	- O turismo é uma atividade que precisa contemplar a situação política, econômica e social do destino e responder às necessidades deste contexto.
Importância das ações integradas para o fortalecimento do turismo e gestão do destino	Dotto et al. (2017)	- A gestão do turismo no território da Quarta Colônia encontra-se numa situação precária, visto a falta de preocupação em capacitar os profissionais e a não existência de planos que auxiliem o desenvolvimento setor. - Uma aliança público-privada é essencial na gestão eficiente de um destino. - A partir de ações desarticuladas e planejamento ineficiente ocorre a atuação do poder público no destino.
Relevância do Macroprograma de Regionalização de Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte no ponto de vista do gestor	Virginio; Ferreira (2013)	- Os programas PNMT e o PRT foram importantes por contribuir para o avanço do turismo no Brasil, assim como, para a contribuição acadêmica do tema, visto que muitos teóricos participaram na divulgação científica dos projetos ocorridos. - A ineficiência da gestão, devido à carência de profissionais e recursos no setor, prejudica a implementação do programa em todo o Estado.

<p>Estado da arte da gestão do turismo nos 92 municípios do Rio de Janeiro</p>	<p>Fratucci; Schwantes; Maia (2014)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A descentralização da gestão, mesmo frequentemente impulsionada pelos diversos projetos e programas criados pela MTUR, ainda não é uma realidade nos municípios do Rio de Janeiro. - De todos os municípios estudados no RJ, apenas 16 deles possuíam um órgão específico para a gestão do turismo no território. - O turismo, em muitos municípios do RJ, é um setor negligenciado e carente de recursos humanos, financeiros, infraestrutura e visibilidade política.
<p>Abordagem conceitual acerca do papel da OGD na gestão de um destino turístico</p>	<p>Mira et al. (2017)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O sucesso de um destino e da OGD deste são duas coisas intimamente ligadas. - O profissionalismo e o conhecimento na elaboração de projetos estratégicos para a gestão dos <i>stakeholders</i> e dos recursos são essenciais. - O papel da OGD é gerir eficientemente os elementos que levem ao desenvolvimento do setor de maneira integrada e bem articulada.
<p>Proposição de um modelo para avaliação da gestão dos destinos municipais e aplicação em estudo de caso em Recife</p>	<p>Santana; Körössy; Holanda (2016)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O papel da OGD é articular os <i>stakeholders</i>, as políticas de turismo e compartilhar a responsabilidade numa gestão público-privada. - Recife possui uma equipe com capacitação adequada e especializada, além de muitos projetos em implementação mesmo com a carência de recursos financeiros. - Atende parcialmente ao princípio da cooperação e corresponsabilidade, da transparência pública e da orientação de mercado, mas não atende ao da tendência de maior autossuficiência e independência financeira.
<p>Analisar como deve ser um planejamento turístico estratégico e eficiente</p>	<p>Brito; Sá (2014)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É necessário um planejamento turístico na cidade, órgãos governamentais, uma maior atuação e benefícios para a comunidade local e um plano estratégico que contenha uma vantagem competitiva. - Nota-se a falta de articulação entre o setor privado, a administração pública e a comunidade. - Carência de infraestrutura e de um planejamento de longo prazo devido às mudanças de governo.
<p>Atuação dos <i>stakeholders</i> no desenvolvimento de atividades estratégicas da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná</p>	<p>Vieira; Costa; Boaventura (2011)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os membros do SETU considerados de maior relevância: Ministério do Turismo, Sebrae, Governo do Paraná, Fecomércio, ABAV, ABIH, Embratur e Dirigentes Municipais de Turismo. - Ministério do Turismo, Sebrae, Governo do Paraná e Fecomércio foram as instituições elencadas com maior facilidade de recursos financeiros. - Há um aumento na participação dos membros do SETU nas reuniões e nos projetos.
<p>Capacidade institucional para a gestão de turismo de Santa Catarina</p>	<p>Sagi (2009)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A capacidade institucional de Santa Catarina corresponde com o estágio de desenvolvimento que a região se encontra e possui habilidades para administrar o destino pela gestão compartilhada, do atrelamento as expectativas do consumidor e do cuidado com a comunidade local.

Fonte: Os autores (2019)

Ao se deter no foco e nas principais conclusões dos artigos analisados, fica evidente que o modelo de gestão de destinos no Brasil é eminentemente público, isto é, atrelado a entidades como secretarias estaduais, municipais ou instâncias de governança. Conforme a UNWTO (2007), a gestão de destinos pode se dar na forma de uma entidade pública, mas também na forma de parcerias com entidades públicas via parceiros; parcerias com entidades públicas via uma unidade de gestão conjunta; terceirização de determinadas atividades desempenhadas pela administração pública a companhias privadas; parcerias público-privadas e; associação/companhia fundada por uma parceria entre empresas privadas com a finalidade de gerir determinadas atividades. Modelos de gestão para além do eminentemente público são, no Brasil, desconhecidos, pelo menos, é o que leva a supor a literatura analisada. É, pois, nesse sentido que novamente advoga-se a necessidade de mais estudos sobre gestão de destinos. Neste sentido, uma possibilidade para se reforçar investigações nesse domínio seja a realização de edições temáticas nos periódicos de turismo sobre gestão de destinos e organizações de gestão de destinos. Possivelmente um número temático que buscasse apresentar um panorama nacional sobre o assunto pudesse vir a contribuir, sobremaneira, para a melhoria do conhecimento de uma questão que é crucial para o desenvolvimento turístico nacional.

Outro aspecto observado na análise dos artigos tem a ver com os desafios com os quais as gestões municipais se deparam. Sobre isso, ficou evidente que o principal entrave, e também principal característica, da gestão pública do turismo no Brasil é a falta de continuidade dos projetos, seja dentro de uma mesma gestão, seja na transição de uma gestão para outra. Além disso, algumas questões, tais como falta de recursos humanos e financeiros, planejamento ineficiente, infraestrutura inadequada, falta de capacitação profissional, ausência de articulação entre as partes envolvidas e o escasso envolvimento da população local nos projetos das organizações de gestão de destino brasileiras, são consideradas como nós que precisam ser desatados para uma gestão mais competitiva dos destinos (SALLOVICZ, 1997; GOMES; GANDARA; IVARS-BAIDAL, 2017; DOTTO et al, 2017; VIRGINIO; FERREIRA, 2013; FRATUCCI; SCHWANTES; MAIA, 2014; SANTANA; KÖRÖSSY; HOLANDA, 2016; BRITO; SÁ, 2014).

5 Considerações Finais

Este artigo se propôs a promover uma análise da produção científica brasileira sobre a temática das organizações de gestão de destinos (OGDs). A pesquisa não teve um corte temporal predeterminado, procurando abranger todos os artigos nacionais que abordassem o tema estudado. O intervalo dos textos analisados (1997 a 2018) foi justamente aquele retornado pela busca de palavras-chave no Portal de Periódicos da CAPES. A pesquisa por palavras-chave retornou 11 artigos. Esta baixa quantidade de

material retornado, por si só, já é um indicativo da lacuna existente na produção científica sobre o tema, visto que palavras-chave essenciais como “OGD”, “OGD municipal”, “organizações de gestão de destino municipal” e “órgão municipal de turismo” não retornaram mais resultados.

A propósito, não obstante todos os textos analisados tivessem a gestão pública como tema central, 75% deles curiosamente não mencionaram “OGD” em seus referenciais teóricos. Dos artigos analisados, apenas Mira et al. (2017) e Santana, Körössy e Holanda (2016) trataram do assunto. Causa espécie, entretanto, que a maioria dos artigos não aborde a questão específica das OGDs, uma vez que são elas as entidades responsáveis por coordenar os interesses (por vezes, conflitantes) existentes entre os *stakeholders* na gestão de um destino turístico. Não há como ter gestão de destino e, por conseguinte, um destino competitivo e sustentável sem que haja uma entidade gestora.

Defrontar com tais resultados é preocupante, pois pesquisar sobre gestão de destinos é, além de produzir informações sobre o estado atual dos destinos brasileiros e dos desafios que a gestão pública enfrenta, refletir sobre a própria capacidade de sustentabilidade dos destinos. Estudar a gestão de destinos é gerar informação estratégica sobre o estado das políticas públicas de turismo, sobre os instrumentos de gestão pública que os estados e municípios adotam, sobre a capacidade técnica e financeira das municipalidades para gerir a atividade. Logo, uma inexpressiva produção científica sobre o assunto dá a entender que pouca reflexão teórica está sendo feita sobre estes assuntos. Por conseguinte, propostas que poderiam melhorar a realidade das gestões dos destinos deixam de ser pensadas no meio acadêmico-científico. O saldo final dessa baixa produção intelectual sobre o tema é uma gestão dos destinos aquém de suas potencialidades.

Da análise dos artigos também se pôde extrair um entendimento a propósito do nível de organização das OGDs. É ponto pacífico que uma superestrutura turística local articulada e em funcionamento é *conditio sine qua non* para um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável. No entanto, essa não é a realidade encontrada nos municípios brasileiros. Alguns dos artigos analisados evidenciaram que a gestão de destinos vem acontecendo de forma desarticulada e desorganizada. E há, inclusive, o caso de destinos, como o estado do Rio de Janeiro, em que de 92 municípios analisados, apenas 16 possuem órgãos voltados exclusivamente para cuidar da gestão do turismo (FRATUCCI; SCHWANTES; MAIA, 2014).

Cabe conjecturar, inclusive, que mais estudos sobre a situação da gestão de destinos poderiam fornecer elementos que subsidiariam o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da capacidade institucional das OGDs. Afinal, conforme observado na literatura analisada, a maioria das OGDs no país padece de problemas, tais como descontinuidade dos projetos, falta de recursos financeiros, planejamento inexistente ou ineficiente, infraestrutura inadequada e escassez de profissionais capacitados.

Face o exposto, a principal conclusão desse estudo é que a pesquisa nacional sobre organização de gestão de destinos é incipiente. No espaço de pouco mais de uma década, apenas 11 estudos foram produzidos e com resultados que não permitem ter uma compreensão do quadro geral. Continuando nesse curso, o Brasil seguirá sem conhecer a realidade das gestões de municípios e estados e, por conseguinte, continuará sem gerar contribuições científicas passíveis de melhorar a realidade desses destinos, justamente num momento em que a competitividade entre destinos se acirra. Continuar sem conhecer a realidade das gestões públicas de turismo é, pois, seguir na contramão das expectativas de melhoria da competitividade do setor.

Referências

BECKER, Bertha. Políticas de planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. HUCITEC, p. 181-192, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BORNHORST, Tom; RITCHIE, J.R. Brent; SHEEHAN, Lorn. Determinants of tourism success for DMOs & destinations: an empirical examination of stakeholders' perspectives. **Tourism Management**, [S.L.], v. 31, n. 5, p. 572-589, out. 2010. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2009.06.008>

BRITO, Celisse Oliveira; SÁ, Heliani do Socorro Ferreira de. Planejamento turístico: estudo de caso da cidade de Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 138-150, 28 fev. 2014. Universidade Federal de São Paulo. <http://dx.doi.org/10.34024/rbecotur.2014.v7.6268>.

BUHALIS, Dimitrios. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism Management**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 97-116, fev. 2000. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0261-5177\(99\)00095-3](http://dx.doi.org/10.1016/s0261-5177(99)00095-3).

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amalia Ines. **Turismo: impactos socioambientais**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, pp.263-272, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jan. 2005

DOTTO, Dalva Maria Righi; DENARDIN, Adriele Carine Menezes; PONS, Mônica Elisa Dias; CERETTA, Caroline Ciliane. Gestão municipal e ações integradas para o fortalecimento do turismo no Território Quarta Colônia, RS, Brasil. **Turismo - Visão e Ação**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 132-157, dez. 2017. Editora UNIVALI. <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v20n1.p132-157>.

FONSECA, Maria Aparecida. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFERN, 2005.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar; SCHWANTES, Gabriel Xavier Ludolf; MAIA, Yuri de Carvalho. Estrutura da gestão pública do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Cultura e Turismo – CULTUR**, v.8, n.1, p.140-159, fev. 2014.

FREEMAN, R. Edward. **Strategic management: a stakeholder approach**. Massachusetts: Sage, 1984.

FUCHS, Matthias; WEIERMAIR, Klaus. Destination Benchmarking: an indicator-system's potential for exploring guest satisfaction. **Journal Of Travel Research**, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 212-225, fev. 2004. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0047287503258827>.

GOELDNER, Charles; RITCHIE, J. R. Brent.; MCINTOSH, Robert. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Ewerton Lemos; GÂNDARA, José Manoel; IVARS-BAIDAL, Josep. É importante ser um destino turístico inteligente? A compreensão dos gestores públicos dos destinos do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 503-536, 30 set. 2017. ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1318>.

GONÇALVES, A. A importância do planejamento governamental do turismo: O PRODETUR na Bahia. **Bahia Análises & Dados**, v.12, n.1, p.101-114, 2002.

GONZÁLEZ, Maria Velasco. Gestión de destinos: gobernabilidad del turismo o gobernanza del destino? In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO ESADE, 2008, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Esade, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237220955_GESTION_DE_DESTINOS_GOBERNABILIDAD_DEL_TURISMO_O_GOBERNANZA_DEL_DESTINO. Acesso em: 27 Jun. 2019.

GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: CIFORM – ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação**. Salvador: ICI/UFBA. Disponível em: http://www.ciform.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAMMOND, Allen; ADRIAANSE, Albert; RODENBURG, Eric; BRYANT, Dirk; WOODWARD, Richard. **Environmental indicators**: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. 1995. Elaborado por World Resources Institute. Disponível em: http://pdf.wri.org/environmentalindicators_bw.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

KOSEOGLU, Mehmet Ali; RAHIMI, Roya; OKUMUS, Fevzi; LIU, Jingyan. Bibliometric studies in tourism. **Annals Of Tourism Research**, [S.L.], v. 61, p. 180-198, nov. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2016.10.006>.

LACERDA, Rogerio Tadeu de Oliveira; ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim. Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. **Gestão & Produção**, v. 19, n.1, p.59-78, 2012.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19651998000200005>.

MIRA, Rosário; BREDA, Zélia; MOURA, Andreia; CABRAL, Mariana. O papel das DMO na gestão dos destinos turísticos: abordagem conceptual (1999-2014). **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v.11, n.1, p.53-70, jun. 2017.

MITCHELL, Ronald K.; AGLE, Bradley R.; WOOD, Donna J. Toward a Theory of Stakeholder Identification and Saliency: defining the principle of who and what really counts. **The Academy Of Management Review**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 853-886, out. 1997. Academy of Management. <http://dx.doi.org/10.2307/259247>.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Módulo operacional 8 – promoção e apoio à comercialização. 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/promocao_e_apoio_a_comercializacao.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

PAULA, Luciano Barcellos de; REZENDE, Aline de Castro; ALVARES, Daniela Fantoni. Planejamento e gestão de destinos turísticos a partir do fortalecimento e engajamento das partes interessadas. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, v. 12, n.1, p. 31-58, fev. 2018.

PAVAN, Cecília de Souza; BIZ, Alexandre; THOMAZ, Guilherme Mendes. Estudo comparativo dos modelos de gestão de destinos turísticos. In: Seminário ANPTUR 2015, Natal. Seminário ANPTUR, 2015. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/131.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2009.

PODSAKOFF, Philip M.; MACKENZIE, Scott B.; BACHRACH, Daniel G.; PODSAKOFF, Nathan P. The influence of management journals in the 1980s and 1990s. **Strategic Management Journal**, [S.L.], v. 26, n. 5, p. 473-488, 2005. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/smj.454>.

PRESENZA, Angelo; SHEEHAN, Lorn; RITCHIE, J.R. Brent. **Towards a model of the roles and activities of destination management organizations**. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/255597442_Towards_a_Model_of_the_Roles_and_Activities_of_Destination_Management_Organizations. Acesso em: 27 jun. 2019.

QUEIROZ, Lucia Maria de Aquino. **A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador**. 2005. 631 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planificación Territorial y Desarrollo Regional, Universitat de Barcelona, Salvador, 2005. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/41963>. Acesso em: 27 jul. 2020

RAISING, L. Miles. Statistical bibliography in the health science. **Bulletin of the Medical Library Association**, v. 50, n.3, p.450-461, Jul. 1962.

RITCHIE, J. R. Brent; CROUCH, Geoffrey. **The competitive destination: a sustainable tourism perspective**. New York: CAB International, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. A produção e o consumo do espaço para o turismo. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, p. 55-62, 1999.

ROQUE, Vítor; RAPOSO, Rui. The usage of social media by the destination management organizations. The case study of the Portuguese DMO. **Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 87-114, 22 dez. 2015. School of Management, Hospitality and Tourism, University of the Algarve. <http://dx.doi.org/10.18089/damej.2015.26.2.5>.

SAGI, Luciana Carla. Capacidade institucional para a gestão do turismo: definição de indicadores e análise com base no estudo de caso de Santa Catarina. **Revista Hospitalidade**, v. 6, n.1, p. 51-76, Jun. 2009.

SALLOVICZ, Eduardo. Gestão do turismo em Barcelona. **Revista Turismo em Análise**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 67-84, 5 nov. 1997. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v8i2p67-84>.

SANTANA, Elizabete Regina de; KÖRÖSSY, Nathália; HOLANDA, Luciana Araújo de. Avaliação da gestão do destino turístico Recife. **Caderno Virtual de Turismo**, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 30-42, 17 fev. 2017. Editora de Livros IABS. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.0986>.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-26072005-133940/pt-br.php>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SPINAK, Ernesto. Los análisis cuantitativos de la literatura científica y su validez para juzgar la producción latinoamericana. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v. 120, n. 2, 139-147, fev. 1996.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cientiométricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, 141-148, mai/ago. 1998.

TASCA, Jorge Eduardo; ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim; ALVES, Maria Bernardete Martins. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal Of European Industrial Training**, [S.L.], v. 34, n. 7, p. 631-655, 31 ago. 2010. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/03090591011070761>.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal Of Management**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 207-222, set. 2003. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-8551.00375>.

UNWTO - UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION (Madrid). **UNWTO Tourism Highlights**: 2007. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419876>. Acesso em: 17 maio 2019.

UNWTO - United Nations World Tourism Organization. **A practical guide to tourism destination management**. Madrid: World Tourism Organization, 2007.

VALLS, Josep Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 369-379, ago. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-19652002000200016>.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; COSTA, Benny Kramer; BOAVENTURA, João Maurício Gama. Análise de stakeholders aplicada em órgãos públicos: o caso da secretaria de estado do turismo do paraná. **Revista de Ciências da Administração**, [S.L.], v. 13, n. 31, p. 81-110, 19 dez. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p81>.

VIRGINIO, Darlyne Fontes; FERREIRA, Lissa Valéria. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n.2, p.162-182, ago. 2013.

VOLGGER, Michael; PECHLANER, Harald. Requirements for destination management organizations in destination governance: understanding dmo success. **Tourism Management**, [S.L.], v. 41, p. 64-75, abr. 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2013.09.001>.

WANG, Bing; PAN, Su-Yan; KE, Ruo-Yu; WANG, Ke; WEI, Yi-Ming. An overview of climate change vulnerability: a bibliometric analysis based on web of science database. **Natural Hazards**, [S.L.], v. 74, n. 3, p. 1649-1666, 5 jun. 2014. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11069-014-1260-y>.